Estatutos pessoais: a sociedade do império colonial português como uma sociedade de ordens

Autor(es): Tjipilica, Palmira; Valério, Nuno

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39876>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-3_26

Accessed : 26-Apr-2023 04:32:07

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo III

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

ESTATUTOS PESSOAIS: A SOCIEDADE DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS COMO UMA SOCIEDADE DE ORDENS

A estratificação social em ordens da sociedade portuguesa até ao século XIX

Até à década de 30 do século XIX, a sociedade portuguesa, quer no Reino, quer nos domínios ultramarinos, estava estratificada em ordens, isto é, em grupos sociais definidos juridicamente, com direitos e deveres diferentes perante o Estado. Nenhuma disposição legal procedia à definição sistemática desses grupos; porém, a sua regulamentação estava claramente contida nas Ordenações e na legislação em geral.

Até à década de 70 do século XVIII, existiam cinco ordens:

- Clero
- Nobreza
- Povo
- Cristãos novos
- Escravos

As ordens dos cristãos novos e dos escravos, caracterizadas por discriminações negativas em relação à generalidade da população (o povo), foram abolidas no Reino na década de 70 do século XVIII, pelo desaparecimento legal dessas discri-

minações. A abolição da ordem dos cristãos novos verificou-se nos domínios ultramarinos ao mesmo tempo que no Reino. A abolição da ordem dos escravos só ocorreu nos domínios ultramarinos no terceiro quartel do século XIX.

As ordens do clero e da nobreza, caracterizadas por privilégios em relação à generalidade da população (o povo), foram abolidas no Reino e nos domínios ultramarinos nas décadas de 20 e de 30 do século XIX, pelo desaparecimento legal desses privilégios.

A abolição da ordem dos escravos no Reino

A escravatura foi abolida no Reino como resultado do Alvará de 19 de setembro de 1761, que proibiu a importação de escravos, declarando livres aqueles que desembarcassem nos portos do Reino, e do Alvará de 16 de janeiro de 1773, que declarou livres os filhos de escravas. Manteve-se, porém, nos domínios ultramarinos, com exceção da Índia, onde se aplicaram as mesmas disposições legais do que no Reino.

Importa fazer duas observações. Em primeiro lugar, na altura em que foram promulgadas estas disposições legais, o Reino coincidia com o território do Continente; na década de 30 do século XIX, os Açores e a Madeira deixaram de ter o estatuto de domínios ultramarinos para ter o de províncias do Reino. Em segundo lugar, o objetivo da medida era claramente impedir que o Reino e a Índia concorressem com os domínios ultramarinos, especialmente o Brasil, na procura de escravos; não havia, portanto, qualquer propósito abolicionista geral.

A abolição da ordem dos cristãos-novos

A Lei de 25 de maio de 1773 aboliu as discriminações entre os súbditos portugueses cristãos nas habilitações para

cargos públicos e eclesiásticos. Este Alvará visava diretamente as discriminações contra os cristãos novos, embora formalmente se pudesse também aplicar a outras discriminações, nomeadamente as dos cristãos de etnia não europeia. Por outras palavras, até então os cristãos novos (e as pessoas de etnia não europeia) não eram hábeis para a generalidade dos cargos públicos e eclesiásticos; a partir de então os súbditos portugueses cristãos, sem distinção de ascendência ou etnia, passaram a ser legalmente hábeis para todos os cargos públicos e eclesiásticos. A discriminação legal que se mantinha seguia, portanto, um critério religioso.

Vale a pena notar que, nas chamadas Velhas Conquistas do Estado da Índia, isto é, em Goa e nos territórios de Bardez e Salcete, existiam desde o século XVI normas que generalizavam a aplicação das leis do Reino a todos os súbditos portugueses independentemente da etnia e da religião.

A abolição das ordens do clero, da nobreza e do povo

As ordens do clero, da nobreza e do povo foram abolidas pelo estabelecimento do regime da Monarquia Constitucional, transitoriamente estabelecido entre 1820 e 1823 e de novo entre 1826 e 1828, definitivamente implantado a partir de 1834. Os vários textos constitucionais da primeira metade do século XIX estatuíram os princípios da igualdade perante a lei, de acesso aos cargos públicos e dos deveres fiscais.

Constituição de 1822

Artigo 9.º

A Lei é igual para todos. Não se devem portanto tolerar privilégios do foro nas causas civeis ou crimes, nem comissões especiaes. [...]

Artigo 12.º

Todos os Portuguezes podem ser admitidos aos Cargos Publicos, sem outra distinção, que não seja a dos seus talentos e das suas virtudes.

Artigo 225.º

Nenhuma pessoa ou corporação poderá ser isenta das contribuições directas.

Carta Constitucional de 1826

Artigo 145.º

[...]

§12 A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

§13 Todo o Cidadão póde ser admitido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença, que não seja a dos seus talentos e virtudes.

§14 Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado, em proporção dos seus haveres.

§15 Ficão abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos por utilidade publica.

Constituição de 1838

Artigo 10.º

A Lei é igual para todos.

Artigo 20.º

Ficão abolidos todos os privilegios que não forem essencialmente fundados em utilidade publica.

Artigo 24.º

Ninguém é isento de contribuir, em proporção de seus haveres, para as despesas do Estado.

Artigo 30.º

Todo o cidadão pode ser admitido nos cargos publicos, sem mais differença que a do talento, merito e virtudes.

A abolição do tráfico de escravos

A abolição da escravatura nos domínios ultramarinos foi precedida pela abolição do tráfico de escravos. Essa abolição ocorreu em duas etapas. A primeira, abrangendo as colónias a norte do equador (Cabo Verde, com as suas dependências na costa da Guiné, e São Tomé e Príncipe, com as suas dependências na costa do Golfo da Guiné), resultou legalmente do Tratado de Viena de 22 de janeiro de 1815 com a Grã-Bretanha, ratificado por Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano. A segunda, estendendo a medida às colónias a sul do equador (Angola e Moçambique), resultou legalmente do Decreto de 10 de dezembro de 1836, que proibiu a exportação de escravos de qualquer território português.

Na prática, o tráfico de escravos desapareceu da costa da Guiné e da costa do Golfo da Guiné nas duas primeiras décadas do século XIX, devido à perseguição movida pela marinha britânica aos traficantes; e desapareceu da costa sudoeste de África (e particularmente de Angola) em meados do século XIX, em parte porque a marinha britânica estendeu a sua fiscalização para sul, em parte porque os estados americanos em geral (e no caso das colónias portuguesas o Brasil em especial) ilegalizaram e passaram a combater a importação de escravos para o seu território, devido às pressões britânicas e ao progresso das ideias abolicionistas nas suas opiniões públicas.

A partir de meados do século XIX, a questão do tráfico de escravos deixou de se colocar em relação ao fluxo para o continente americano e passou a colocar-se apenas em relação ao fluxo para o mundo islâmico, muito mais antigo, mas que tinha sido por alguns séculos quantitativamente muito menos relevante. Na sombra deste tráfico, manteve-se por algum tempo algum tráfico para colónias de plantação de potências europeias que ainda utilizavam mão de obra escrava ou similar, por vezes com a proteção dos respetivos governos.

A abolição da escravatura nos domínios ultramarinos

O Decreto de 14 de dezembro de 1854 iniciou o processo de abolição da escravatura nos domínios ultramarinos portugueses, através das seguintes disposições:

- 1) O Título I — Do registo dos escravos (artigos 1.º a 5.º) — ordenou o registo dos escravos existentes, determinando que os que não fossem registados seriam declarados livres.
- 2) O artigo 6.º permitiu aos escravos que reivindicassem a liberdade, desde que indemnizassem o senhor, e o seu parágrafo único declarou livres os escravos propriedade do Estado, mantendo-os, porém, a prestarem serviço na condição de libertos durante sete anos. O artigo 7.º obrigava os escravos de particulares que obtivessem a liberdade por indemnização ao senhor a prestarem serviço na condição de libertos durante dez anos ao antigo senhor. O preâmbulo do Decreto justificava este estatuto de servidão temporária com o objetivo de não perturbar o mercado de trabalho, permitindo a sua adaptação gradual. De qualquer modo, o artigo 8.º permitia aos libertos porem termo ao estatuto de servidão temporária através de um pagamento adicional. O resto do Título II — Da redenção e proteção dos escravos (artigos 9.º a 18.º) — colocava os escravos e libertos sob proteção do Estado através de Juntas Protetoras dos Escravos e Libertos e regulava estas Juntas.
- 3) O Título III (artigos 19.º a 28.º) regulava o estabelecimento da indemnização a ser paga pela liberdade nos termos do artigo 6.º
- 4) O Título IV — Da tutela dos libertos (artigos 29.º a 33.º) — acrescentava disposições relativas aos libertos, destacando-se a que permitia a libertação de qualquer escravo que fosse batizado até à idade de cinco anos pela quantia de 5 mil réis (equivalentes a cerca de 75 euros a preços dos princípios do século XXI).

- 5) O Título V — Disposições gerais e penais (artigos 34.º a 39.º) — continha disposições diversas, das quais se destacam: a que na venda de escravos em hasta pública proibia afrontar lanço a bem da liberdade que cobrisse a avaliação (artigo 37.º); a que proibia a alienação separada de casais ou de mães e filhos menores de sete anos (artigo 38.º); e a que declarava livres os filhos de escravas mantidas como mancebas do senhor (artigo 39.º).

O processo de abolição da escravatura foi depois completado pelos seguintes diplomas:

- 1) Lei de 24 de julho de 1856, que declarou livres os filhos de escravas nascidos depois da publicação da Lei.
- 2) Decreto de 29 de abril de 1858, que mandou abolir a escravidão no prazo de vinte anos (isto é, em 29 de abril de 1878).
- 3) Decreto de 25 de fevereiro de 1869, que mandou passar imediatamente todos os escravos à situação de libertos, situação que deveria cessar para todos em 29 de abril de 1878.
- 4) Lei de 29 de abril de 1875, que antecipou o prazo de abolição da servidão temporária para 29 de abril de 1876.

Ficaram, deste modo, completamente abolidas as tradicionais ordens existentes na sociedade portuguesa, quer no Reino, quer nos domínios ultramarinos.

Estabelecimento de um novo regime de ordens nos domínios ultramarinos

Entretanto, o artigo 1.º do Decreto de 18 de novembro de 1869 mandara aplicar nas províncias ultramarinas (a partir de 1 de julho de 1870, nos termos do artigo 2.º do mesmo Decreto) o Código Civil aprovado para o Reino pela Lei de

1 de julho de 1867 e alguns diplomas complementares, mas abrisse duas ressalvas:

- a) Uma relativa à legislação transitória sobre escravos (artigo 3.º do mesmo Decreto).
- b) Outra relativa ao valor jurídico dos usos e costumes seguintes, que mandou codificar (artigo 8.º do mesmo Decreto):
 - das Novas Conquistas, Damão e Diu, na Índia;
 - dos chins em Macau;
 - dos indígenas em Timor;
 - dos grumetes na Guiné;
 - dos banéanos, batiás, parses, mouros, gentios e indígenas em Moçambique.

Isto implicou que a extensão do Código Civil aos domínios ultramarinos não se aplicasse a todos os súbditos portugueses, mas apenas aos de cultura europeia. Criou-se, deste modo, a base jurídica para que as sociedades dos domínios ultramarinos portugueses continuassem a ser sociedades de ordens. Curiosamente não há qualquer ressalva para Angola, o que sugere que se considerava que nessa província não existiam, na altura, nos territórios sob o domínio português, quaisquer indígenas.

Alguns dias depois, foi aprovada pelo Decreto de 1 de dezembro de 1869 uma carta orgânica dos domínios ultramarinos, cujo artigo 79.º confirmou a estruturação em ordens das sociedades desses domínios ao determinar que:

“Continua em vigor o estabelecido, assim nas Novas Conquistas do Estado da Índia como nas outras províncias ultramarinas, quanto aos súbditos portugueses não cristãos, ou que, sendo-o, são por circunstâncias excepcionais regidos por leis especiais.”

Importa esmiuçar o significado desta disposição legal. Ela concedia o gozo pleno dos direitos pessoais, em particular o acesso ao exercício de cargos públicos, aos súbditos portugueses cristãos e excluía desse gozo os súbditos portugueses não cristãos, o que se justificava pelo facto de a religião católica ser religião oficial de acordo com a Carta Constitucional. Existiam, porém, duas exceções a esta regra geral:

- a) Uma, positiva e definitiva, em função do local. Na verdade, mantinha-se a regra de que nas Velhas Conquistas do Estado da Índia a lei do Reino, agora o Código Civil, se aplicava a todos os súbditos portugueses, independentemente da etnia e da religião.
- b) Outra, negativa e transitória, em função do estatuto estabelecido para os libertos pelo Decreto de 25 de fevereiro de 1869, já referido atrás.

Em síntese, a legislação de 1869 reconhecia a existência no Império Colonial Português de três estatutos pessoais:

- o dos súbditos portugueses cristãos e dos súbditos portugueses não cristãos das Velhas Conquistas do Estado da Índia não sujeitos ao regime de servidão temporária, que gozavam da plenitude dos direitos de cidadania e aos quais se aplicava, em princípio, o Código Civil;
- o dos súbditos portugueses não cristãos das Novas Conquistas do Estado da Índia e do resto do Império Colonial Português não sujeitos ao regime de servidão temporária, que não gozavam da plenitude dos direitos de cidadania e aos quais se aplicavam os regimes resultantes dos seus usos e costumes tradicionais;
- e o dos súbditos portugueses sujeitos ao regime de servidão temporária, o qual, como referido atrás, estava previsto que cessasse o mais tardar em 29 de abril de 1878, data que foi depois antecipada em dois anos.

Por isso, a partir de 29 de abril de 1876 todos os súbditos portugueses passaram a gozar de um estatuto de liberdade pessoal. Manteve-se, contudo, a distinção entre a cidadania plena dos cristãos e de alguns não cristãos e a cidadania com regras particulares da generalidade dos não cristãos.

A extensão dos domínios ultramarinos portugueses em finais do século XIX, particularmente no interior da Guiné, de Angola e de Moçambique, aumentou significativamente o número de súbditos portugueses de cultura não europeia e, portanto, de situações de não aplicação das leis metropolitanas em questões civis e criminais. Estas situações tiveram como consequência mais ou menos natural a exclusão dos súbditos portugueses de cultura não europeia dos direitos políticos (sempre com a tradicional exceção das Velhas Conquistas do Estado da Índia, às quais, porém, o Decreto de 16 de dezembro de 1880 permitiu estender a aplicação dos usos e costumes tradicionais das Novas Conquistas). De qualquer modo, sob o ponto de vista legal, a conversão ao catolicismo garantia, nos termos do Decreto de 1 de dezembro de 1869, a cidadania plena. Naturalmente, a prática tendeu cada vez mais a divergir dessa disposição legal. Porém, só o Decreto com força de Lei de 20 de abril de 1911, separando o Estado das Igrejas, acabou formalmente com a regra da cidadania plena dos católicos, ao determinar, no seu artigo 2.º, que “[...] a religião catholica apostolica romana deixa de ser a religião do Estado [...]”. Com a Lei da Separação do Estado e da Igreja, consolidou-se, portanto, o estatuto pessoal do indigenato.

O estatuto do indigenato

Não houve qualquer regulação legal do estatuto do indigenato durante a época da Monarquia Constitucional, para além das disposições já mencionadas.

A situação mudou durante a Primeira República. Na verdade, o estatuto do indigenato foi regulado de forma geral pela base 18.^a anexa à Lei n.º 277 de 15 de agosto de 1914, que organizou a administração civil das províncias ultramarinas. Essa base estabelecia as seguintes regras gerais para o estatuto civil, político e criminal dos indígenas: “protecção nos seus actos e contratos”; regulação das “relações civis entre êles” pelos seus “usos e costumes privativos”; ausência de “direitos políticos em relação a instituições de carácter europeu”; “especial consideração [d]os seus usos e costumes privativos” na “definição e punição dos crimes, delitos e contra-venções”; administração da justiça por “funcionários ou tribunais especiais, ou chefes administrativos assistidos de *grandes* (indígenas), letrados conhecedores da lei especial ou outros indivíduos de respeito e consideração no seu meio”; disposições de processo civil e criminal “adequadas às condições especiais da vida do indígena”; e “codificação dos usos e costumes dos indígenas” para segurança do direito.

Em suma, o estatuto pessoal do indigenato envolvia:

- a não aplicação da lei portuguesa em questões civis e criminais;
- a ausência de direitos políticos e de acesso aos cargos públicos;
- e a existência de um foro especial, constituído pela autoridade administrativa portuguesa e por autoridades tradicionais por ela reconhecidas.

A base 16.^a anexa à mesma Lei atribuía ao Governador-Geral ou Governador de Província as competências de “dirigir as relações políticas com os chefes indígenas e agrupamentos sob a sua dependência”, “definir e regular o estatuto civil, político e criminal desses indígenas”, “lançar o imposto denominado indígena” e promover “a sua instrução e progresso”.

Nos termos desta Lei, o estatuto do indigenato era extensivo a todas as províncias ultramarinas, mas diferia nas diversas províncias, e eventualmente mesmo dentro de cada uma, em função do grau de desenvolvimento dos respectivos povos de cultura não europeia.

Mas, o que era um indígena? Curiosamente, a Lei n.º 277 regulava o estatuto dos indígenas, mas não estabelecia as condições legais para uma pessoa ser considerada indígena, desaparecida a regra religiosa formalmente aplicável até 1911; foi o Decreto n.º 951 de 14 de outubro de 1914, o qual regulava o regime de trabalho dos indígenas, que estabeleceu a definição legal de indígenas como “os naturais das colónias portuguesas nascidos de pais indígenas e que pela sua educação, hábitos e procedimento não se afastam do comum das raças africanas” (artigo 10.º).

O indígena como mão de obra

O facto de ser o diploma legal que regulava o trabalho dos indígenas a estabelecer a respetiva definição legal chama a atenção para o facto de a questão dos estatutos pessoais se ligar de forma crucial à questão da contratação de mão de obra para as atividades económicas promovidas por europeus nos domínios ultramarinos. Abolida a escravatura, essa mão de obra passou a ser constituída por serviçais e colonos contratados, os serviçais trabalhando sob direção do patrão europeu, os colonos trabalhando por conta própria em terras propriedade de europeus. Os contratos de trabalho de serviçais e colonos foram regulados por sucessivas disposições legais: Decreto de 20 de dezembro de 1875, Decreto de 21 de novembro de 1878, Decreto de 29 de janeiro de 1903, Decreto de 7 de julho de 1909 e Lei de 17 de julho de 1909, durante a época da Monarquia Constitucional; Decreto com força de Lei de 27 de maio de 1911, Decreto de 1 de outubro de 1913

e Decreto n.º 951 de 14 de outubro de 1914, após a proclamação da República; Decreto com força de Lei n.º 16199 de 6 de dezembro de 1928, após o estabelecimento da ditadura militar; e Decreto n.º 44309 de 27 de abril de 1962, no contexto das reformas do princípio da década de 60 do século XX. A questão fulcral foi sempre a de conseguir um equilíbrio entre a necessidade de garantir mão de obra para as atividades económicas promovidas por europeus e a impossibilidade de estabelecer um regime de trabalho obrigatório que pudesse ser equiparado à escravatura (até devido à pressão e à monitorização internacionais existentes sobre a matéria). A solução encontrada (semelhante à existente noutros impérios coloniais e mesmo em países independentes governados por população de origem europeia noutras zonas do Mundo) foi criar para a generalidade da população indígena um estatuto que envolvia a necessidade de trabalhar nas atividades económicas promovidas por europeus, através da obrigação de pagar impostos em dinheiro e de demonstrar a existência de meios de subsistência, mas não permitia a criação de direitos de nenhuma dessas atividades económicas promovidas por europeus sobre trabalhadores individuais.

O preâmbulo do Decreto n.º 951 de 14 de outubro de 1914 explicita claramente o que está em questão. Segundo ele:

“O indígena africano, vivendo do que a terra fertilíssima lhe fornece espontaneamente como retribuição dum trabalho ligeiro que, em regra, êle não executa, porque obriga as suas mulheres a fazê-lo, não tendo necessidades de vestuários ou quaisquer outras próprias do homem civilizado, só se entrega por sua iniciativa, à caça ou à guerra, e é-lhe antipático e odioso qualquer trabalho regular.”

Esta perceção de uma divisão tradicional do trabalho nas sociedades africanas entre as atividades da caça e da guerra

como atividades masculinas e as atividades da agricultura (e domésticas) como atividades femininas estava correta no fundamental. Tal divisão do trabalho era, entretanto, condenada no que respeita à atribuição das atividades agrícolas às mulheres, pelo seu contraste com as sociedades europeias. Daí provinha a rejeição das ideias:

- dos “espíritos liberais” que “querem para os indígenas os mesmos direitos dos habitantes civilizados da metrópole”;
- e daqueles para quem o indígena é apenas “um ente a quem se obriga ao trabalho”.

Segundo o regulamento, “Todo o indígena válido das colônias portuguesas fica sujeito [...] à obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover ao seu sustento e de melhorar sucessivamente a sua condição social” (artigo 1.º) e se “não tiver domicílio certo, nem meios de subsistência, nem exercer habitualmente alguma profissão, ofício ou outro mester em que ganhe a sua vida”, “será julgado pelo curador de serviços e colonos, administrador do respectivo concelho ou circunscrição civil, ou [...] capitão-mor respectivo, conforme os casos”. Sendo condenado, “será entregue à autoridade administrativa, que lhe poderá fornecer trabalho pelo período que entender conveniente” (artigo 2.º).

Note-se como a autoridade administrativa do concelho (autoridade civil eleita), da circunscrição (autoridade civil nomeada) ou da capitania (autoridade militar) era, em geral, juiz e depois executora da pena, de forma que a lei deixava largamente ao seu arbítrio. Na prática, a tendência era, evidentemente, para essa autoridade fornecer trabalho (para usar a expressão da lei) aos indígenas nas atividades económicas promovidas por europeus na medida das necessidades destas. Conforme os casos, os trabalhadores era utilizados no próprio concelho, circunscrição ou capitania; noutras regiões da pro-

víncia; no caso de Angola, por vezes em São Tomé e Príncipe; e, no caso de algumas regiões de Moçambique, na vizinha África do Sul.

As Missões Coloniais

Conforme referido atrás, a base 16.^a anexa à Lei n.º 277 atribuía ao Governador-Geral ou Governador de Província a competência de promover a instrução e progresso dos indígenas. O que devesse ser a extensão e conteúdo dessa instrução e desse progresso estava, contudo, condicionado pela função económica do indígena como mão de obra.

É claro que o legislador de 1914 não poderia concordar que o processo de civilização dos indígenas pudesse ser realizado pelo que ele denominava “filantropos de várias seitas” que “julgam que o preto só carece de instruir-se na sua religião e crenças” (preâmbulo do Decreto n.º 951 de 14 de outubro de 1914). O caminho era outro e tinha sido apontado pelo Decreto n.º 233 de 22 de novembro de 1913, tornando extensivas às colónias algumas disposições da Lei de Separação do Estado e das Igrejas. Tratava-se:

- do fim dos privilégios das missões católicas;
- e da criação de missões civilizadoras laicas.

As missões civilizadoras laicas, ou missões coloniais, foram assim concebidas, na sequência da separação entre o Estado e a Igreja, como contraponto republicano às missões religiosas. Contraponto necessariamente mais seletivo, quer pelos recursos de que era possível dispor, quer pelos objetivos que efetivamente se perseguiram: criar um grupo social capaz de desempenhar funções intermédias nas atividades económicas dirigidas por europeus.

A implementação destas missões civilizadoras laicas, ou missões coloniais, não foi, porém, imediata, nem o seu funcionamento um sucesso. Através da legislação e do *Boletim das Missões Coloniais*, publicado entre 1919 e 1925, é possível apurar os seguintes factos fundamentais.

O Decreto n.º 3352 de 8 de setembro de 1917 criou o Instituto de Missões Coloniais para preparar o respetivo pessoal.

O Decreto n.º 5778 de 10 de maio de 1919 mandou criar 12 missões, 6 em Angola, 4 em Moçambique, 1 na Guiné e 1 em Timor.

Logo nesse ano foram instaladas as primeiras seis missões, duas em Angola e quatro em Moçambique:

- Missão Cinco de Outubro em Pamba no distrito do Cuanza Norte (hoje na província de Cuanza Sul). Esta missão foi mais tarde transferida para Mussolo no distrito de Malanje (hoje Xá Muteba na província de Lunda Norte).
- Missão Cândido dos Reis em Ompanda na região dos Cuanhamas (no distrito de Huíla, hoje província do Cunene). Esta missão estabeleceu mais tarde sucursais em Hoque e em Humpata (também no distrito de Huíla, hoje província de Huíla). A última veio a autonomizar-se em 1924 como Missão Óscar Torres.
- Missão Miguel Bombarda em Xinavane na região de Manhiça (no distrito Lourenço Marques, hoje província do Maputo). Esta missão estabeleceu mais tarde sucursais na Ilha Mariana e em Capolana.
- Missão República em Luá na região do Alto Molócuè (no distrito de Quelimane, hoje província da Zambézia).
- Missão Camões em Fernão Veloso na região de Nacala (no distrito de Moçambique, hoje província de Nampula). Esta missão foi mais tarde transferida para Moçambique e estabeleceu uma sucursal em Meconta.
- Missão Pátria em Zavala na região de Maxixe (no distrito, hoje província, de Inhambane). Esta missão foi mais tarde transferida para Nhambel.

Só em meados da década de 1920 foi possível ampliar a rede de missões e apenas em Angola.

Em 1923 estabeleceram-se duas missões:

- Missão Capelo e Ivens em Calunda na região do Alto Zambeze (no distrito, hoje província, do Moxico).
- Missão Duarte Pacheco em Damba (no distrito do Congo, hoje província de Uíje).

Em 1924, estabeleceu-se a Missão Lusíadas em Luana (no distrito de Lunda, hoje província de Lunda Sul).

Em 1925 estabeleceram-se duas missões:

- Missão Nun'Álvares em Sandando (no distrito, hoje província, do Moxico).
- Missão Primeiro de Dezembro em Serpa Pinto, ou Menongue (no distrito do Cubango, hoje província de Cuando Cubango).

A desproporção entre os meios que foi possível pôr em ação e os objetivos ideais em vista era clara. Não admira, por isso, que o final da Primeira República tenha sido rapidamente seguido por uma viragem neste domínio. Assim, o Decreto n.º 12886 de 24 de dezembro de 1926 extinguiu o Instituto de Missões Coloniais e restabeleceu as missões católicas como instrumento prioritário da ação civilizadora portuguesa junto das populações indígenas.

O estatuto do indigenato em finais da década de 20 do século XX

Numa perspetiva dialética, não se tratou, contudo, de um regresso puro e simples à tese da civilização dos indígenas pela cristianização do tempo da Monarquia. Da

antítese laica da Primeira República ficou, pelo menos, um elemento basilar para síntese: como a religião católica não era mais religião oficial, a conversão ao cristianismo não implicava mais, na lei como na prática, o acesso à cidadania plena. O Decreto com força de Lei n.º 12533 de 23 de outubro de 1926, que promulgou um novo estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique, não deixou dúvidas a esse respeito, quando confirmou a definição de indígenas como “os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”, e manteve a competência dos governos de cada colónia para a definição das condições para que as pessoas de origem não europeia pudessem deixar de estar sujeitas ao estatuto do indigenato.

O estatuto dos indígenas aprovado pelo Decreto n.º 12533 foi depois estendido com ajustamentos à província da Guiné e aos territórios de Moçambique sob administração de companhias majestáticas pelo Decreto com força de Lei n.º 13698 de 30 de maio de 1927 e revisto para o conjunto das três colónias da Guiné, Angola e Moçambique pelo Decreto com força de Lei n.º 16473 de 6 de fevereiro de 1929, completado pelo Decreto com força de Lei n.º 16474 de 6 de fevereiro de 1929 sobre as relações de direito privado entre indígenas e não indígenas.

A existência do estatuto pessoal do indigenato foi confirmado pelo Ato Colonial, aprovado pelo Decreto com força de Lei n.º 18570 de 8 de julho de 1930 e depois mantido como direito constitucional nos termos da Constituição de 1933, particularmente no seu Título II (Dos indígenas) e dentro dele no artigo 22.º, que determinava a existência de “estatutos especiais dos indígenas”.

O Recenseamento Geral da População de 1940 proporcionou a primeira avaliação de conjunto da população dos territó-

rios sob soberania portuguesa e do peso quantitativo dos diferentes estatutos pessoais nesses territórios.

Recenseamento Geral da População de 1940	População (000 habitantes)	Civilizados (000 habitantes)	Indígenas (000 habitantes)	Indígenas / População (%)
Portugal	18 634	9 128	9 506	51
Metrópole	7 755	7 755	—	0
Império Colonial	10 879	1 373	9 506	87
Cabo Verde	181	181	—	0
Guiné	351	6	345	98
São Tomé e Príncipe	60	32	28	47
Angola	3 738	92	3 646	98
Moçambique	5 086	56	5 030	99
Índia	624	624	—	0
Macau	375	375	—	0
Timor	464	7	457	98

Verifica-se que em 1940 ainda mais de metade da população dos territórios portugueses e quase nove décimos da população do Império Colonial Português não tinha cidadania plena. Na Guiné, em Angola, em Moçambique e em Timor era mesmo muito pequena a proporção de pessoas com cidadania plena. E é claro que a esmagadora maioria dos recenseados como civilizados nas colónias da Índia e de Macau não tinha cultura europeia e não exercia, portanto, na prática, a cidadania plena.

O estatuto do indigenato no segundo após guerra do século XX

O Decreto n.º 35461 de 22 de janeiro de 1946, regulando o casamento nas colónias portuguesas, inseriu disposições que

isentavam da aplicação do direito tradicional em matéria de família e sucessões os indígenas que o solicitassem por motivos religiosos. Na prática, a celebração de casamento católico, mesmo com dispensa de disparidade de culto, passou a implicar essa isenção, em particular quanto a regras que envolvessem a poligamia. Esboçou-se, desde modo, uma recuperação, pelo menos parcial, da tradicional aplicação do direito português aos cidadãos católicos.

A revisão da Carta Orgânica do Império Colonial Português pela Lei n.º 2016 de 29 de maio de 1946 acrescentou um parágrafo ao respetivo artigo 246.º estabelecendo que “No Estado da Índia e nas colónias de Macau e Cabo Verde, as respectivas populações não estão sujeitas nem à classificação de indígenas nem ao regime de indigenato, na sua aceção legal”. Como as estatísticas apresentadas acima, extraídas do Recenseamento Geral da População de 1940, mostram, esta disposição limitava-se a confirmar aquilo que já era a prática administrativa.

A Lei n.º 2048 de 11 de junho de 1951 integrou o Ato Colonial na Constituição de 1933 como Título VII (Do ultramar português) da Parte II (Da organização política do Estado). As matérias do anterior Título II do Ato Colonial foram divididas pelo Capítulo II e pelo Capítulo III desse Título VII. O antigo artigo 22.º do Ato Colonial passou a artigo 138.º da Constituição, passando a sublinhar o carácter excecional (“quando necessário”) dos “estatutos especiais” correspondentes ao indigenato (e situações análogas).

Neste novo contexto, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39666 de 20 de maio de 1954 um novo estatuto dos indígenas da Guiné, de Angola e de Moçambique. Particularmente importante era a definição do artigo 2.º:

“Consideram-se indígenas [...] os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que [...] não possuam ainda

a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”.

Uma vez mais era sublinhado o caráter excecional e transitório do estatuto.

O que isso pudesse significar em termos práticos por comparação com a situação de 1940 pode ser ilustrado com os seguintes dados, extraídos do Recenseamento Geral da População de 1950:

1950	População (000 habitantes)	Civilizados (000 habitantes)	Indígenas (000 habitantes)	Indígenas / / População (%)
Portugal	20 310	9 698	10 612	52
Metrópole	8 439	8 439	—	0
Ultramar	11 871	1 259	10 612	89
Cabo Verde	148	148	—	0
Guiné	511	8	503	98
São Tomé e Príncipe	60	43	17	28
Angola	4 145	135	4 010	97
Moçambique	5 739	92	5 647	98
Índia	638	638	—	0
Macau	188	188	—	0
Timor	442	7	435	98

As diferenças eram muito pequenas. A redução da população de Macau, devida às circunstâncias políticas da região, acabou até por fazer aumentar ligeiramente a proporção dos indígenas na população dos territórios portugueses e do Ultramar, embora esse aumento seja, em

grande medida, fictício pelo facto, atrás assinalado, de a maioria da população do Estado da Índia e de Macau, embora não sujeita ao regime formal do indigenato, não exercer na prática a cidadania plena.

Um passo adicional no sentido do dismantelamento do regime do indigenato foi dado pelo Decreto n.º 39817 de 15 de setembro de 1954, o qual acabou com o foro especial dos indígenas, submetendo todos os cidadãos portugueses ao mesmo aparelho judicial (embora ele continuasse a ser constituído na maior parte dos locais pela autoridade administrativa como primeira instância). Mantiveram-se, todavia, o valor jurídico dos usos e costumes locais e as diferenças de processo daí decorrentes.

A abolição do estatuto do indigenato

O passo mais importante para que, nos últimos anos da sua existência, a sociedade do Império Colonial Português deixasse de ser formalmente uma sociedade de ordens foi, porém, dado pelo Decreto-Lei n.º 43893 de 6 de setembro de 1961, o qual revogou o Decreto-Lei n.º 39666, abolindo, deste modo, o regime do indigenato e fazendo desaparecer a ausência de direitos políticos e de acesso aos cargos públicos anteriormente ligada a esse regime.

Note-se, contudo, que a possibilidade de não aplicação da lei portuguesa em questões civis e criminais foi mantida pelo Decreto n.º 43897 também de 6 de setembro de 1961, que reconheceu o valor jurídico nas províncias ultramarinas os usos e costumes locais, reguladores de relações jurídicas privadas, quer os já compilados, quer os não compilados e vigentes nas regedorias, e manteve as consequentes diferenças de processo; porém, enquanto até então a aplicação jurídica dos usos e costumes tradicionais era regra para os indígenas, de acordo com a nova legislação qualquer pessoa passou a poder “submeter-se

totalmente à lei escrita de direito privado, mediante simples declaração irrevogável” (artigo 3.º).

O Decreto n.º 43898 ainda de 6 de setembro de 1961 regulou o funcionamento dos julgados municipais e de paz. Mantendo o contexto do regime do aparelho judicial estabelecido em 1954, este Decreto procurou sobretudo limitar a intervenção como decisor da autoridade administrativa, substituindo-a, sempre que possível, por conservadores dos serviços de registo (reorganizados na mesma altura pelo Decreto n.º 43899 e pela Portaria n.º 18714 sempre de 6 de setembro de 1961).

Deste modo, e como assinalado atrás, a sociedade do Império Colonial Português deixou, nos últimos anos da sua existência, de ser formalmente uma sociedade de ordens. Como seria de esperar, a realidade social demorou a refletir plenamente esta mudança jurídica. A análise desse processo não cabe, porém, nos limites deste estudo.

Resumo: Este estudo mostra como foram abolidas, até à década de 70 do século XIX, as tradicionais ordens existentes na sociedade portuguesa, quer no Reino, quer nos domínios ultramarinos, e como nas províncias ultramarinas ou colónias permaneceu até à década de 60 do século XX uma sociedade com diferentes estatutos pessoais, implicando direitos e deveres diferentes perante a lei; sendo de notar que a população sem cidadania plena constituiu, até à extinção das diferenças de estatutos pessoais, mais de metade da população de Portugal em sentido lato, a esmagadora maioria da população do Império Colonial ou Ultramar e a quase totalidade da população de quatro das colónias ou províncias ultramarinas: Angola, Guiné Portuguesa, Moçambique e Timor Português.

Palavras-chave: estatutos pessoais; Império Colonial Português; ordens sociais.

*Personal Legal Status: The Society
of the Portuguese Colonial Empire as a Society with Estates*

Abstract: This paper shows how traditional social estates were abolished until the 1870s in the Portuguese society, both in Portugal proper and in the overseas possessions, and how in the overseas provinces or

colonies there remained, until the 1960s, a society with different personal legal status, implying different legal rights and obligations; it is remarkable that, until the suppression of differences in personal legal status, the population without full citizenship accounted for more than half of the population of Portugal in a broad sense, the overwhelming majority of the population of the Colonial Empire or Overseas Provinces, and almost the whole population of four colonies or overseas provinces: Angola, Portuguese Guinea, Mozambique and Portuguese Timor.

Keywords: personal legal status; Portuguese Colonial Empire; social estates.

Palmira Tjipilica

Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)

Nuno Valério

Instituto Superior de Economia e Gestão
(ISEG — Universidade de Lisboa)